



**Prefeitura Municipal de Santana do Itararé**  
Praça Frei Mathias de Gênova, 184 – Fone (43) 3526-1459

Of. 039/2013 – Procuradoria Jurídica

Santana do Itararé, em 29 de outubro de 2013.

**Excelentíssimo Senhor Presidente**

Com Meus cumprimentos, venho à presença de Vossa Excelência, encaminhar o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre a alteração da Lei Complementar Municipal nº 040/2001 – Código Tributário Municipal.

Na oportunidade solicito o especial obséquio de apresentar o referido Projeto em regime de urgência especial.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para ressaltar nossos votos de estima e consideração

Atenciosamente,

**JOSÉ DE JESUS ISAC**  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.  
**GILMAR EGÍDIO PEREIRA**  
Presidente da Câmara Municipal

Assunto: Projeto de Lei nº 039/2013  
Número do original: Rec. em 029/10/13  
Município: Santana do Itararé  
Data: 29/10/2013  
Hora: 14h28  
Assinatura: [assinatura]



**Prefeitura Municipal de Santana do Itararé**

Praça Frei Mathias de Gênova, 184 – Fone (43) 3526-1458.

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 056/2013**

**SÚMULA:** "ALTERA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 040/2001, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO ITARARÉ, ESTADO DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL *JOSÉ DE JESUS ISAC*, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, ENVIA A ESTA CASA O SEGUINTE PROJETO DE LEI

**Art. 1º.** Inclui-se na lista de serviços sujeitos a incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, constante no Anexo I da Lei Complementar Municipal nº 040/2001, o item nº 102, o qual passará a conter a seguinte redação:

*Lei Complementar nº 040/2001:*

"(...)

*ANEXO I - Lista de serviços sujeito a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN*

(...)

**102 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais".**


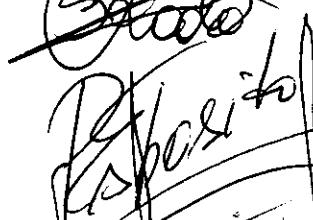
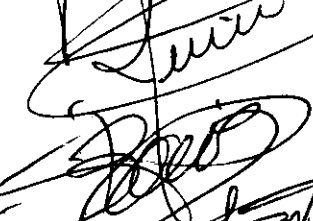
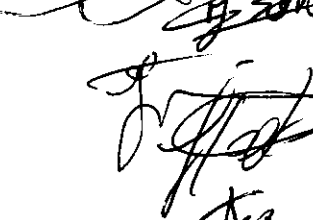

**Art. 2º.** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM 29 DE OUTUBRO DE 2013.

**JOSÉ DE JESUS ISAC**  
Prefeito Municipal

- Apresentado na Reunião Ordinária do dia 04/11/13 o qual foi colado e votado o Regimento Interno Especial e obtendo o seguinte resultado: o vereador João Maria de Silva foi desprovido e os demais foram prorogados. Em seguida passou a 1ª votação do projeto o qual foi aprovado por unanimidade.

- Apresentado na Reunião Ordinária do dia 11/11/13 o qual foi colado e votado o seguinte resultado: o vereador João Carlos Brito foi desprovido e os demais foram prorogados, sendo dispensado da 3ª votação o pedido do vereador João Maria de Silva.

  
~~João Carlos Brito~~  
Desprovido  
Livre  
  
~~João Maria de Silva~~  
  
~~João Carlos Brito~~  
  
~~João Maria de Silva~~  
  
~~João Carlos Brito~~



### **JUSTIFICATIVA**

A Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o ISSQN, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, aumentou as hipóteses de incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, incluindo, aí, os emolumentos auferidos pelos atos praticados por Notários e Registradores e com a seguinte redação:

21 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

A matéria foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade, proposta pela ANOREG – Associação Nacional dos Notários e Registradores do Brasil junto ao Supremo Tribunal Federal, julgada no dia 13 de fevereiro do ano de 2008, tendo a Corte Constitucional, por maioria, pronunciado-se pela constitucionalidade da cobrança, restando vencido apenas o Ministro Carlos Aires Brito.

Deste modo o presente Projeto tem por escopo incluir no anexo I do Código Tributário Municipal – Lei Complementar nº 040/2001, os serviços de registros públicos, cartorários e notariais como hipóteses de incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, salientando que a base de cálculo do tributo é o preço do serviço prestado.

Por esses motivos que se pede aos nobres edis a aprovação do presente Projeto.

**JOSÉ DE JESUS ISAC**

Prefeito Municipal